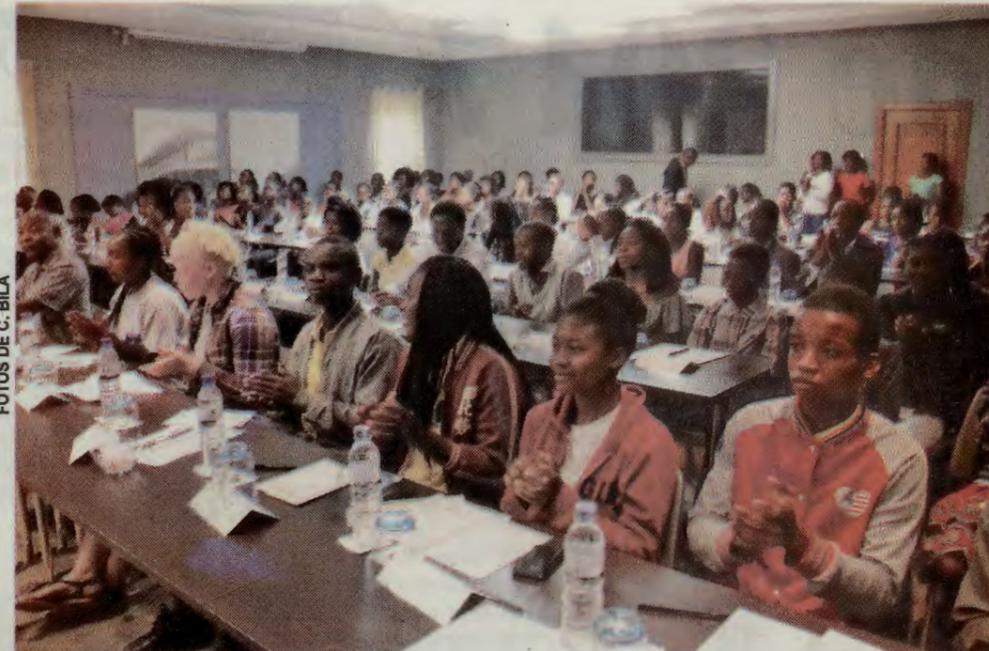


## CASAMENTOS PREMATUROS

## Uma violação dos direitos pelos protectores!

ANA RITA TENE

**Uma em cada quatro raparigas se casa antes de completar 16 anos de idade no país. Muitas das vezes, essas uniões acontecem com homens mais velhos, cuja responsabilidade primária seria de as proteger e defender os seus direitos.**



Aumenta preocupação com uniões forçadas das raparigas

São meninas que, não raras vezes, são obrigadas a abandonar os estudos e se juntar a homens mais velhos, como moeda de troca de dívidas contraídas por

seus pais, ou mesmo porque engravidaram cedo, com todas as consequências de saúde e sociais que daí podem advir.

O país está numa região problemática em termos de casa-

mentos prematuros e gravidezes precoces, equiparando-se ao Zimbabwe, Zâmbia, Suazilândia e outros da África Austral.

Foi olhando para estes pressupostos que o governo, a Aliança

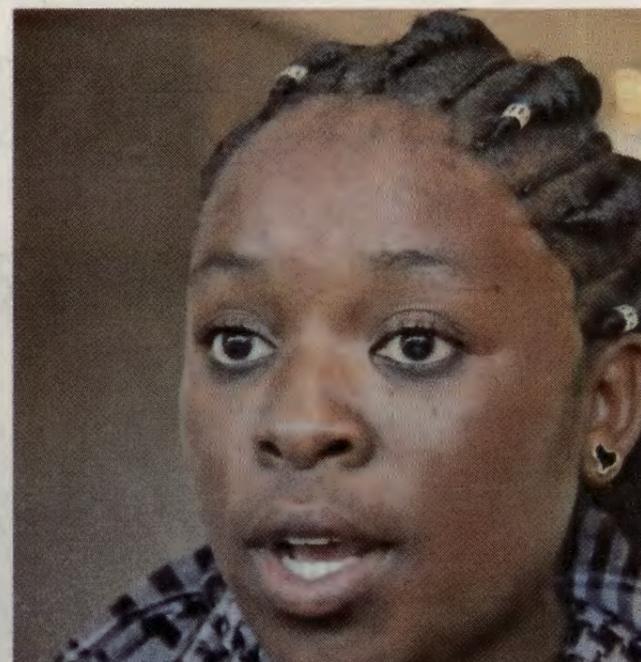
Inter-Religiosa para Advocacia e Desenvolvimento Social (AIRDES) e parceiros instituíram, recentemente, uma plataforma regional para combate e prevenção das uniões das raparigas.

Segundo o presidente da AIRDES, Bernardo Dimande, trata-se de uma nova página na luta contra os casamentos prematuros e pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na África Austral, através da qual se pretende fortalecer o empoderamento da rapariga.

“Os casamentos prematuros não conhecem e nem reconhecem as vedações que fazem fronteira. O nosso objectivo é fortalecer o empoderamento e participação da rapariga no desenvolvimento social, político, económico e cultural da região austral”, explicou.

Pretende-se, segundo Dimande, contribuir para a coordenação e fortalecimento dos movimentos da rapariga, colocando no topo da agenda regional os casamentos prematuros, através de advocacia e monitoria, com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

“Acreditamos que uma rapariga empoderada é capaz de tomar decisões seguras e inteligentes sobre a sua vida. Para dar resposta à lei-modelo da SADC sobre as uniões de meno-



No Zimbabwe, uma em cada duas meninas são forçadas a casar - Triciah Mwadzura

res, aprovada em Maio de 2016, na Suazilândia, iniciou-se um processo de elaboração do anteprojecto de lei sobre casamentos prematuros e código de conduta sobre confissões religiosas”, acrescentou Dimande.

Triciah Mwadzura tem 15 anos e é zimbabweana. Conta que uma em cada duas meninas do seu país se casa prematuramente para pagar dívidas dos pais, num fenómeno, que embora o governo se esforce para acabar, tem vindo a atingir níveis assustadores.

“Perdemos nossas colegas de escola que acabam casando e outras porque começam a vida sexual cedo, engravidam e ficam com vergonha de retornar à formação. Isso faz com que muitas delas acabem em famílias cada vez mais pobres, porque a situação financeira delas não melhora”, lamentou.

## O casamento prematuro perpetua ciclo de pobreza

MUITAS vezes são reportadas situações de pais que “vendem” as suas filhas em troca de gado, dinheiro e pagamento de dívidas, forçando-as a interromperem o ciclo de formação e o sonho de ter um bom emprego no futuro.

Só que em vez de resolver os problemas financeiros, este modelo adoptado pelos encarregados de educação perpetua o ciclo de pobreza nas famílias, pois quem podia reverter o cenário acaba sendo entregue para ser feita

esposa.

Angélica Magaia, directora de Infância no Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), diz que um pai que aceita receber um valor irrisório pela vida, um animal para consumo e vende em troca a sua filha, vai gastar o dinheiro em poucos dias e a pobreza vai continuar.

“Aquele menina que não teve oportunidade de ir à escola, de se formar, construir e ter condições para enfrentar a vida está a piorar

a situação da família. O casamento não é solução para as famílias pobres, o que acontece é que pioram esta situação. Não gostaria de dizer que é solução económica, porque não é”, explicou.

Para aquelas famílias que já estão nessa situação e as meninas querem retomar a escola e terem uma vida normal, o sector de género está a trabalhar no desenvolvimento de projectos de geração de renda, pequenas capacitações e formação vocacional.

“Algumas aceitam retomar à casa, com consentimento da família, porque sabemos que uma das consequências imediatas é a gravidez precoce e a partir do momento que já temos uma criança, outros pais não têm recebido bem o retorno de suas filhas”, afirmou.

A fonte disse ainda que o ministério tem estado a trabalhar na sensibilização ao nível das comunidades, para que adoptem medidas positivas, reestruturam

## Um problema de saúde pública

OS casamentos prematuros são um problema de saúde pública, pois as suas consequências têm impacto directo na saúde das raparigas e na vida futura da mulher.

A tese foi defendida pela assessora da Ministra para área de Mulher e Rapariga no Ministério da Saúde, Lídia Chongo, para quem os problemas começam no “cumprimento dos deveres conjugais por parte da rapariga”, levando a uma situação de violação sexual.

“Um dos aspectos importantes é que ela casa antes dos 18 anos, numa fase em que está em desenvolvimento físico, psicológico e emocional. Na nossa tradição, casamento começa com uma rela-



Lídia Chongo falando ao Notícias sobre as acções do MISAU

ção sexual, muitas vezes forçada, por isso que temos uma das primeiras consequências a violência sexual”, explicou Chongo.

Por outro lado, há riscos de contrair infecções sexualmente transmissíveis, porque normalmente ela se casa com um adulto e que já tem a sua vida sexual iniciada, despoletando outros problemas, como as de transmissão sexual, incluindo o HIV e Sida.

“Depois dos 15 anos, ela engravida numa fase em que seu corpo está em desenvolvimento, a gravidez tem exigências para o seu crescimento e a probabilidade de uma gestação de risco, aquela em que pode terminar em aborto, num parto arrastado ou nado

morto é maior”, realçou.

As taxas de mortalidade materna são elevadas no país, estimando-se que ocorram 400 mortes por 100 mil nados vivos, parte das quais acontece em menores de idade que se casam numa fase prematura, devido a complicações no parto.

“Há situações em que ela consegue ter o bebé, não morre, mas porque não está fisicamente desenvolvida, os riscos de trauma tanto psicológico como físico são maiores. Os traumas físicos que nos preocupam são as fistulas obstétricas e nós sabemos para além do problema físico carrega consigo esses problemas sociais”, sublinhou.

## Debate-se revisão da lei sobre gravidez na escola

parças e na vida futura da mulher. A tese foi defendida pela assessora da Ministra para área de Mulher e Rapariga no Ministério da Saúde, Lídia Chongo, para quem os problemas começam no "cumprimento dos deveres conjugais por parte da rapariga", levando a uma situação de violação sexual.

"Um dos aspectos importantes é que ela casa antes dos 18 anos, numa fase em que está em desenvolvimento físico, psicológico e emocional. Na nossa tradição, casamento começa com uma rela-



Lídia Chongo falando ao Notícias sobre as acções do MISAU

Por outro lado, na riscos de contrair infecções sexualmente transmissíveis, porque normalmente ela se casa com um adulto e que já tem a sua vida sexual iniciada, despoletando outros problemas, como as de transmissão sexual, incluindo o HIV e Sida.

"Depois dos 15 anos, ela engravida numa fase em que seu corpo está em desenvolvimento, a gravidez tem exigências para o seu crescimento e a probabilidade de uma gestação de risco, aquela em que pode terminar em aborto, num parto arrastado ou nado

parte das quais acontece em mortes por 100 mil nados vivos, de educação perpetua o ciclo de pobreza nas famílias, pois quem podia reverter o cenário acaba sendo entregue para ser feita

"Há situações em que ela consegue ter o bebé, não morre, mas porque não está fisicamente desenvolvida, os riscos de trauma tanto psicológico como físico são maiores. Os traumas físicos que nos preocupam são as fistulas obstétricas e nós sabemos para além do problema físico carrega consigo esses problemas sociais", sublinhou.

depois de adotado pelos pais. O ciclo de educação perpetua o ciclo de pobreza nas famílias, pois quem podia reverter o cenário acaba sendo entregue para ser feita

"Aquele menina que não teve oportunidade de ir à escola, de se formar, construir e ter condições para enfrentar a vida está a piorar

nero está a trabalhar no desenvolvimento de projectos de geração de renda, pequenas capacitações e formação vocacional.

"Algumas aceitam retomar à casa, com consentimento da família, porque sabemos que uma das consequências imediatas é a gravidez precoce e a partir do momento que já temos uma criança, outros pais não têm recebido bem o retorno de suas filhas", afirmou.

A fonte disse ainda que o Ministério tem estado a trabalhar na sensibilização ao nível das comunidades, para que adoptem medidas positivas, reestruturam a sua postura e consideração em relação aos direitos da rapariga, priorizando a frequência na escola.

"Outra acção importante é a assistência das famílias em situação de vulnerabilidade. Vimos uma das causas evocada para casar as meninas antes do tempo que é a questão da pobreza. Um das nossas acções tem sido garantir uma maior abrangência para as famílias, olhando para a nossa capacidade financeira, nos nossos programas de acção social", esclareceu.

## Debate-se revisão da lei sobre gravidez na escola

O MINISTÉRIO da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) está a debater a revisão da Lei 39/2003, que regula, dentre vários aspectos, situações em que o professor engravide uma aluna, bem como a passagem ou não da rapariga para o curso nocturno.

De acordo com o dispositivo em revisão, quando a menina engravida e o autor seja um aluno, os dois deviam passar para o curso nocturno, mas muitas vezes tem havido uma má interpretação e as consequências acabam recaindo sobre um dos lados.

Segundo Judite Sambo, do MINEDH, as uniões prematuras têm um impacto negativo, tomando em consideração que

a rapariga fica impedida de continuar a escola por causa da gravidez. A estratégia nacional de combate aos casamentos prematuros lançada em 2015 atribui ao sector da Educação um papel fundamental.

"Na verdade, já vínhamos realizando este trabalho antes da estratégia, no âmbito da protecção da criança em caso de gravidez e casamento. Olhando para o que está a acontecer agora nas escolas, as meninas já não são transferidas pelo facto de estarem grávidas", explicou Sambo.

Uma das inovações a serem trazidas no novo regulamento é que o professor será responsabilizado, não só pelo envolvimento com alunos da sua própria esco-



MINEDH debate revisão da lei sobre gravidez nas escolas

la, mas sempre que engravidar uma aluna.

"Nalgum momento, somos questionados sobre o porquê da não responsabilização de outras pessoas alheias ao sector, mas não temos mandato para isso. Temos membros da comunidade que prejudicam o desenvolvimento da rapariga, mas não têm punição. O que nós temos é uma acção voltada para o funcionário do sector da Educação", disse.

HOMENS dos distritos de Malema e Nacala-Porto, na província de Nampula, queixaram-se, há dias, de estar a sofrer violência extrema por parte das suas esposas.

O grito de socorro foi endereçado ao Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, em encontros populares que manteve com as comunidades para abordar a questão de segurança no país.

Cansados de tamanha violência doméstica, as vítimas pediram ao comandante-geral da PRM acções concretas para pôr cobro a esta situação, visto que está a criar desconforto nos seus lares. Conforme explicaram, muitas vezes, quando não há entendimento dentro do lar, as esposas, socorrendo-se do seu porte físico, partem para a agressão extrema, como forma de fazer vincar as suas posições, facto que culmina com ferimentos de alguma gravidade nos cônjuges.

Aproveitando a presença do general Bernardino Rafael nestes distritos, quando da sua digressão pelas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia, os homens vítimas de violência lançaram clamor por socorro, uma vez que não conseguem demover as companheiras do espírito agressivo.

Para o comandante-geral da Polícia, as mulheres que violentam os homens estão a rejeitar a composição e solidificação da família, bem como a criar situações da sua própria rejeição no seio da

## INSÓLITO EM NAMPULA Homens queixam-se de violência das esposas

sociedade.

"Temos de resolver os problemas dentro de casa. Se esgotarmos a capacidade de diálogo a dois, levemos a questão para a esfera familiar, que está preparada para aconselhar. Caso a este nível não se alcance um entendimento, alarguemos a nossa busca de consenso

para as autoridades comunitárias ou administrativas, mas nunca enveredar pela via da violência, como forma de resolver qualquer que seja o problema. A violência não constrói, quando muito divide as famílias. Vamos procurar alcançar entendimentos. O mesmo conselho serve para os homens,

nunca violentar as esposas para vincar posições", apelou Bernardino Rafael.

Refira-se que a província de Nampula registou de Janeiro a Outubro último um total de 740 casos criminais contra 708 do período anterior, dos quais 88,5 por cento teve a devida resposta policial.



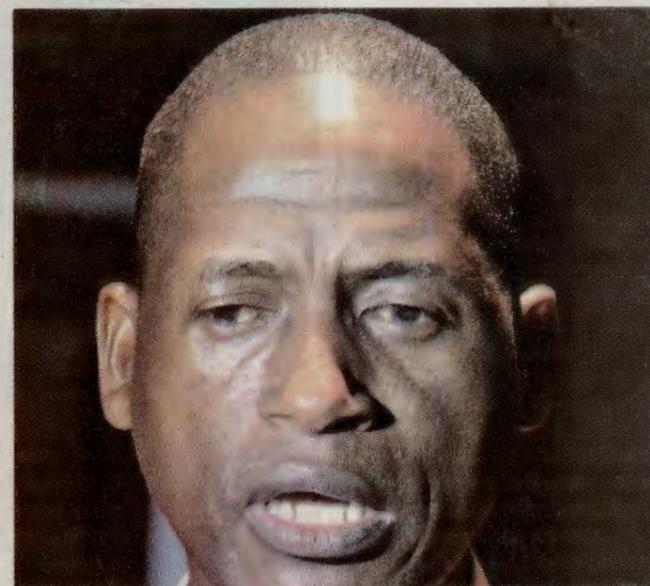
Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, apela às mulheres a não partirem para violência contra os cônjuges e vice-versa

## Estamos preocupados em divulgar as consequências

O MINISTÉRIO da Saúde tem estado a trabalhar em acções de divulgação dos casamentos prematuros, mostrando às comunidades quais as complicações de uma menina se casar antes do tempo e garantir os seus direitos sexuais e reprodutivos.

Segundo Lídia Chongo, o sector da Saúde tem estado a prover os serviços para que a adolescente possa ter informação adequada sobre como começar uma vida sexual e como é que ela pode prevenir a gravidez, onde poder encontrar os serviços.

"Acima de tudo temos de estar preparados para esta demanda, como acolher os jovens e olhar para eles de forma holística, desde os que estão nas escolas, em coordenação com



Queremos usar as TIC para monitoria dos direitos sexuais da rapariga

MINEDH, através dos cantos de educação", acrescentou.

Tendo em conta que a realidade do jovem não é só a escola, é preciso olhar para os que estão na comunidade e garantir que a informação chegue. Este trabalho é acompanhado pelo apoio psicossocial da menina, pois depois do casamento, ela pensa que não é igual às outras meninas e não vê o futuro, porque não pode continuar a estudar.

"Mas a mãe que nós queremos é uma mulher educadora para a sua própria família e se ela tem um baixo nível de escolaridade, fica um ciclo vicioso dos problemas de saúde, desenvolvimento socioeconómico da família, que é a base de qualquer sociedade", acrescentou.